

BOLETIM DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA



MINJUSDH

Ministério da Justiça
e dos Direitos Humanos

EDIÇÃO Nº 02/2018

Combate à corrupção e Direitos Humanos são assuntos do momento em Angola



“Sinto-me bem aqui e gosto do trabalho que faço”

Marisa Tavares Manuel de Andrade é a nossa convidada do espaço de perfil desta edição. Ela conta as dificuldades que passou para ser admitida no emprego, em função da sua condição, e da satisfação que sente hoje pelo acolhimento dos colegas e do trabalho que desenvolve. Começou no PBX, como telefonista. Actualmente é Escrivã de Direito e está colocada no Gabinete Jurídico do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. É, segundo os colegas, a funcionária mais assídua. “Gosto muito do trabalho que faço, apesar de agora não ter todas as condições criadas para a minha condição, mas gosto. Na verdade, não é nada de muito estranho. O meu computador é normal, mas necessito de um software e um scanner sonoro,” disse.

A MENSAGEM DO MINISTRO

CONSCIENCIALIZAÇÃO



Francisco Queiroz
Ministro da Justiça
e dos Direitos Humanos

O combate à corrupção e à impunidade aos poucos vai deixando de ser preocupação apenas do Executivo. A sociedade está a conscienciar-se da necessidade de união e de esforços concertados nessa luta que a todos beneficia, pois somos todos nós os prejudicados pelos males derivados dessas más práticas. A realização de seminários e conferências, envolvendo outros actores sociais nessa campanha é um aspecto sintomático dessa visão. Assistimos recentemente a uma actividade nesse sentido, levada a cabo pela Ordem dos Advogados de Angola e outra realizada pelo Sindicato dos Oficiais de Justiça, a qual prestamos total apoio. Encorajamos todas as iniciativas do género e manifestamos a nossa disponibilidade em garantir o apoio necessário.

FICHA TÉCNICA

Propriedade:
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS
DIREITOS HUMANOS

Direcção:
Francisco Queiroz

Edição:
GCII

Fotografia:
GCII

Design gráfico:
Marco Rocher

Endereço:
Rua 17 de Setembro
Ingombotas-Luanda

Contactos:
227 360 057

NESTA EDIÇÃO

Secção	15 mil registos no Cunene	Pág 2
Secção	BI com boa safra	Pág 2
Secção	Dicas para fazer o registo.....	Pág 7
Secção	Direito ao trabalho e Direitos Humanos.....	Pág 10
Secção	Ratificação de Convenções Internacionais.....	Pág 12
Secção	Angola defende relatório.....	Pág 13
Secção	Um exemplo de coragem.....	Pág16
Secção	Novos membros do CD.....	Pág 16
Secção	Parabens DNAICC	Pág 17

Direcção Nacional dos Registos e Notariados

REGISTOS CIVIL NO CUNENE



Provincia do Cunene

efectua mais de 15 mil registos de nascimento

De 2 de Janeiro ao mês de Outubro, na Província do Cunene, foram efectuados 15 mil registos de nascimento.

De acordo com o relatório provincial, os registos foram efectuados nos 6 municípios da Província.

Loja de Registos do Cuanhama com 9.948, município da Kahama

1661, município do Kuvelai 794, município do Namacunde, 419, município de Ombadja 1.506 e o município do Curoca com 1.106 registos.

Dos registos efectuados, 7.334 correspondem ao sexo masculino e 8.190 ao sexo feminino.

IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos realizou durante todo o mês de Novembro, com início no dia 3, uma Campanha de Emissão de Bilhete de Identidade, intitulada “O BI DA DIPANDA”, destinada às crianças dos 6 aos 17 anos de idade.

BI da Dipanda com boa safra

Com início no dia 3 de Novembro, das 8h às 12h, em todas as Repartições de Identificação Civil e Criminal das províncias de Luanda, Benguela, do Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Huambo, Namibe, Uíge e da Huíla, o evento realizou-se no âmbito das comemorações do 11 de Novembro, Dia da Independência Nacional.

A campanha teve como objectivo viabilizar a atribuição do Bilhete de Identidade a

crianças em idade escolar (dos 6 aos 17 anos de idade) e estimular os encarregados de educação a darem a devida atenção a aquisição do Bilhete de Identidade para as crianças, aproveitado os meses de menor afluência.

Mais de 5 mil Bilhetes de Identidade foram emitidos nos dois primeiros sábados do mês. No dia 3 foram emitidos 1.617 e no dia 10, emitidos 3.389 Bilhete de Identidade.

BI PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
AOS SÁBADOS - EM NOVEMBRO

BI DIPANDA!

HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO SÁBADOS
03 10
17 24
8 ÀS 12 H
PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 17 ANOS
AQUI NESTA REPARTIÇÃO

O BI DA DIPANDA
Novembro é o mês da Dipanda, a nossa independência!
Para celebrar esta data, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos promoverá uma acção especial para a emissão do Bilhete de Identidade para aqueles que são o futuro da nossa nação - nossas crianças e adolescentes.
Durante o mês de Novembro, aos sábados (dias 3, 10, 17 e 24), as Repartições de Identificação Civil e Criminal em todo o País participantes desta acção estarão abertas em horário especial, das 8 às 12 horas.
Podem solicitar o BI aos sábados todas as crianças e adolescentes em idade escolar, dos 6 aos 17 anos.

Para mais informações contacte-nos pelo número: **222 670 670**

BI INTEGRADO PARA TODOS
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Direcção Nacional de Registos e Notariados (DNRN) e Criminal

ANGOLA

IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

“O BI DA DIPANDA”

--	LUANDA	3/11	10/11
1	Centralidade do Kilamba	40	54
2	Kilamba Kiaxi – Fixo	43	47
3	PM do Camama	14	33
4	Ilha	21	19
5	Rangel	45	100
6	Cazenga 1	46	44
7	Cazenga 2	40	98
8	Samba	57	86
9	PM do Cazenga (Rua do Comércio)	32	42
10	Gamek (Nosso Centro)	25	18
11	Maianga (Prenda)	51	116
12	PM do L. dos Ministérios	15	51
13	LR da Regedoria (Viana)	45	68
14	Catete	3	28
15	PJ de Viana	49	101
16	LR do Zango	23	43
17	LR Sagrada Esperança	26	54
18	PJ de Belas (ex- Kilamba Kiaxi)	34	48
19	Viana – Fixo	49	138
20	PM do Rocha Pinto	17	30
21	LR do Camama	51	66
22	LR de Cacuaco	40	37
23	LR do Cassenda	39	54
24	LR da Quissama	0	0
25	SIAC – Zango	8	23
26	SIAC – Talatona	10	78
27	SIAC – Cacuaco	12	90
28	Sambizanga 1 (Combatentes)	59	66
29	Cacuaco – Fixo	55	89
30	LR do Kífica	19	57
31	SIAC _ Cazenga	sem Comunicação	25
32	Sequele (Centralidade De Cacuaco)	31	46
33	PM do Zango	39	40
34	Sambizanga 2 (Rock)	22	52
35	PM do Patriota	-	25
	TOTAL DE LUANDA	1.060	1.966

IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

"O BI DA DIPANDA"

		TOTAL PROVISÓRIO DE LUANDA	1.060	1.966
2		BENGO	*	50
3		BENGUELA	146	207
4		BIÉ	29	67
5		CABINDA	*	156
6		CUANDO CUBANGO	56	97
7		CUANZA NORTE	3	3
8		CUANZA SUL	41	125
9		CUNENE	-	-
10		HUAMBO	73	127
11		HUÍLA	127	207
12		NAMIBE	56	47
13		LUNDA NORTE	*	57
14		LUNDA SUL	*	47
15		MALANGE	*	32
16		MOXICO	*	55
17		UÍGE	26	146
18		ZAIRE	-	-
TOTAL GERAL			1.617	3.389

REGISTOS E NOTARIADO

Dicas para efectuar o Registo Civil

PARA QUE SERVE O REGISTO DE NASCIMENTO?

O Registo de nascimento serve para dar publicidade ao nascimento de um individuo.

QUE NASCIMENTOS DEVEM SER REGISTRADOS?

Devem ser registados todos os cidadãos nascidos em Angola, bem como os filhos de angolanos nascidos no estrangeiro.

ONDE SE FAZ O REGISTO DE NASCIMENTO?

- O Registo de nascimento é feito na Conservatória dos Registos Centrais, para os filhos de angolanos nascidos no estrangeiro, Conservatória do Registo Civil, Delegação ou posto de Registo Civil, Loja de Registo da área que em o individuo nasceu (para os cidadãos nascidos em território nacional).

- Se, porém, o nascimento ocorrer em maternidade ou estabelecimento hospitalar de província onde haja mais de uma Conservatória, será competente para lavrar o registo a Conservatória da área da residência da mãe.

A QUEM COMPETE DECLARAR O NASCIMENTO?

A declaração de nascimento compete obrigatoriamente aos pais do registando.

- Na ausência ou impedimento dos pais a obrigação recai sobre o parente capaz mais próximo, ou quem tiver o registando a seu cargo.

- Se os pais forem casados, bastará que um deles declare o nascimento.

- A declaração é prestada pelo próprio registando, quando este for maior de catorze anos, mediante organização de processo para inscrição tardia de nascimento.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Para o registo de nascimento são necessários os seguintes documentos:



REGISTOS E NOTARIADO

Dicas para efectuar o Registo Civil

- Bilhetes de identidade dos pais, na falta deste, a certidão de nascimento ou cédula pessoal dos mesmos.

- Na falta destes, outro documento comprovativo da nacionalidade angolana (passaporte).

- No caso de os pais não estarem registados, deve efectuar-se em primeiro lugar o registo de nascimento dos pais.

- Se os pais forem falecidos, a pessoa que tiver a guarda do menor, pode declarar o nascimento mas, neste caso, a paternidade ou maternidade não constará do assento de nascimento, porque o seu reconhecimento deverá ser feito por via judicial.

b) Bilhetes de identidade dos pais, na falta destes, a Certidão de nascimento cédula pessoal;

Atestado de residência da Administração Municipal;

d) Duas fotografias tipo passe;

Duas testemunhas maiores de idade que saibam assinar e que possam confirmar que o registando é angolano;

f) Qualquer outro documento idóneo que faça prova dos factos alegados tais como, cartão de refugiado, registo consular;

g) O Processo é instruído com certidão de baptismo se o registando tiver sido baptizado

antes de 1975;

h) Se os pais forem falecidos e o registando não tiver sido registado antes de 1975, a paternidade ou maternidade não constará do assento de nascimento, porque o seu reconhecimento deverá ser feito por via judicial.

A QUEM COMPETE DECLARAR?

A Inscrição Tardia de Nascimento é declarada pelo próprio registando, desde que este seja maior de catorze anos de idade.

REGISTO TARDIO

O que é

O Registo Tardio é todo o registo de nascimento feito para as pessoas maiores de 14 anos que não tenham sido registadas

Documentação necessária:

a) Requerimento dirigido ao Conservador da área de residência, onde deve explicar os motivos que o levaram a não se registar



REGISTOS E NOTARIADO

Dicas para efectuar o Registo Civil

ONDE É FEITO

O processo de autorização para a inscrição tardia de nascimento é feito na Conservatória da área de residência do registando.

- A Conservatória dos Registos Centrais, Conservatória do Registo Civil, Delegação ou posto de Registo Civil, Loja de Registo da área de residência do registando.

- Se, porém, o nascimento ocorrer em maternidade ou estabelecimento hospitalar de província onde haja mais de uma Conservatória, será competente para lavrar o registo a Conservatória da área da residência da mãe.

RECONSTITUIÇÃO DO ASSENTO DE NASCIMENTO

O que é ?

É a feitura de novo registo de nascimento de pessoas que já estiveram registadas mas que não o podem provar em razão do extravio ou destruição dos livros.

Onde é feito?

A reconstituição do assento de nascimento é feita na Conservatória onde o indivíduo foi registado.

Quem pode requerer a reconstituição?

Pode requerer a reconstituição do assento de nascimento a pessoa a quem o registo diz respeito ou qualquer outra pessoa interessada na reconstituição.

A documentação necessária

Para o pedido de reconstituição são necessários os seguintes documentos:

- Requerimento dirigido ao Conservador a solicitar a reconstituição do assento de nascimento, explicando os

motivos que o levam a requerer;

- Documentos que prova ter existido um registo nomeadamente, diploma de provimento, carta de condução, certificado de habilitações literárias ou qualquer outro documento idóneo;

- Fotocópia da cédula, do assento de nascimento ou do bilhete de identidade;

- Duas fotografias tipo passe.



Educação para uma Cultura dos Direitos Humanos

O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, em parceria com a Universidade Jean Piaget, realizou no dia 10 de Outubro de 2018, às 09h00, no auditório da Universidade Jean Piaget, em Viana, um Workshop sobre "**O Direito ao Trabalho e Direitos Humanos**", no âmbito do projecto "**Educação para uma Cultura dos Direitos Humanos**".

Direito ao Trabalho e Direitos Humanos

Com objectivo de reflectir com a comunidade académica a importância dos instrumentos internacionais de Direitos Humanos aplicados no Direito ao Trabalho, o Workshop abordou temas sobre o Direito ao Trabalho e a não discriminação, a Situação do trabalho infantil em Angola, Protecção dos direitos da Criança vs Exploração infantil e o Trabalho condigno em Angola.

A Sessão foi presidida por Sua Excelência Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, **Dra. Ana Celeste Cardoso Januário**, e contou com a presença do Magnífico Reitor da Unipiaget, **Prof. Doutor Pedro Domingos Peterson**.

Para Domingos Peterson, o workshop foi de extrema importância, uma vez que a universidade é um espaço privilegiado para construção e partilha de conhecimento, de investigação e debate.



Segundo o Magnífico Reitor, a parceria com a o Ministério da Justiça tem um carácter pedagógico muito importante na formação dos docentes e discentes e na educação do cidadão sobre os direitos humanos.

Por vez, a Dra. **Ana Celeste** realçou que o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos tem protocolos de cooperação com 8 instituições do ensino superior, incluindo Jean Piaget, no âmbito do projecto educação para uma cultura dos direitos humanos, que prevê a inclusão da disciplina dos Direitos Humanos no currículo das universidades e realização de actividade extraescolares das diferentes instituições de ensino.

Informou que o workshop resulta

de um trabalho de continuidade da agenda do ministério e de um plano de actividade que consiste na realização de um conjunto de debates e reflexões, considerando a academia como o centro privilegiado para a produção do saber e assumindo-se como uma plataforma ideal para a confrontação de ideias sem descurar o rigor científico.

Defendeu que o direito de trabalho é entendido como dimensão indispensável dos direitos humanos, sem o qual não há dignidade humana visto que possui

Educação para uma Cultura dos Direitos Humanos

"Tornar a universidade num espaço de debate e investigação em matéria de direito humanos e colher contribuição para a melhoria de políticas públicas."

total amparo constitucional e é reconhecida com o direito social que vai garantir os direitos humanos dos trabalhadores.

Segundo a **Secretária de Estado para os Direitos Humanos**, o workshop deve ser encarado como o um balão de ensaio a procura de um ordenamento jurídico-laboral equilibrado, pragmático, capaz de contribuir decisivamente para o desenvolvimento económico e social das relações sociais com maior incidência ao trabalhador.

"pensamos que a academia constitui o areópago para a construção de uma cidadania voltada para os direitos Humanos, precisamos juntar sinergias com vista a dotar os cidadãos angolanos de

ferramentas para o pleno exercício de sua cidadania visando a consolidação do estado democrático e de direito"

O workshop teve como finalidade a reflexão com a comunidade académica sobre a importância dos instrumentos internacionais do direito do trabalho em sede dos direitos humanos e despertar o interesse da comunidade académica sobre matérias inerentes as relações laborais, tendo como corolário o estado de direito e tornar a universidade num espaço de debate e investigação em matéria de direitos humanos e colher contributos para a melhoria das políticas públicas.



Direitos Humanos

Mesa Redonda sobre a Ratificação das Convenções Internacionais de Direitos Humanos no Hotel Epic Sana.

Ratificação de Convenções Internacionais

O encontro, realizado no Hotel Epic Sana, em Luanda, na última semana de Outubro, foi presidido por Sua Excelência Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Dra. Ana Celeste Cardoso Januário.

Teve como objectivos principais, facilitar o processo de ratificação de Tratados Internacionais pendentes, cumprir com os compromissos internacionais em matéria de Direitos Humanos, principalmente as recomendações dos Comités, promover e proteger os Direitos Humanos e analisar as vantagens da Ratificação destes Tratados.

A actividade teve como perspectivas, refletir sobre os mecanismos para concretização do processo de ratificação dos tratados pendentes, cumprir com os compromissos internacionais em matéria dos direitos humanos mormente com as diferentes recomendações quer sejam do conselho em direitos humanos, quer sejam dos diferentes órgãos, promover um debate sobre o fortalecimento do quadro institucional normativo de promoção e protecção dos direitos humanos.



Em matéria de Direitos Humanos, consideram-se Nove (9) os principais Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

Angola é Estado Parte do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; Pacto Internacional dos Direitos Económicos Sociais e Culturais; Convenção sobre Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher; Convenção sobre os Direitos da Criança; e a Convenção sobre o Direito das pessoas com Deficiência.

Segundo a Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, "tem sido recorrente a recomendação ao nosso país para ratificar convenções relativas aos direitos humanos, alguns inclusive já foram assinados pelo nosso país, mas aguardam a competente ratificação". São eles: o segundo

protocolo opcional da convenção dos direitos civis relativos a abolição da pena de morte, a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, a convenção sobre tortura e comportamentos desumanos cruéis degradantes e seu protocolo adicional, a convenção sobre a protecção das pessoas desaparecidas e forçadas.

Participaram do encontro membros do Executivo (Secretário para Assuntos Judiciais e Jurídicos e Secretário para Assuntos Diplomáticos de Cooperação Internacional da Presidência da República, Secretário de Estado para a Justiça, Secretário de Estado para as Relações Exteriores, Altos Funcionários do Ministério das Relações Exteriores, da Justiça da Assembleia Nacional e do Poder Judiciário.

Direitos Humanos

Angola apresenta com Sucesso o Relatório Periódico sobre a Implementação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Seu Protocolo Adicional sobre os Direitos da Mulher em África

Angola Defende Relatório

A República de Angola apresentou o Relatório Periódico sobre a Implementação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o Seu Protocolo Adicional sobre os Direitos da Mulher em África, na 63ª Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, em Banjul (Gambia), nos dias 29 e 31 de Outubro.

No dia 29, a Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Dra. Victória Francisco Correia da Conceição, apresentou os avanços em matéria de Direitos Humanos e dos Povos e dos Direitos da Mulher, medidas legislativas, políticas, Institucionais, o quadro actual dos Direitos Humanos em Angola e os desafios.

Após a apresentação dos Relatórios, os Comissários apresentaram as suas questões relativas aos diferentes aspectos da Carta e felicitaram Angola pelos avanços alcançados e pelo facto de estar entre os países africanos que cumpriram todas as obrigações com a Comissão.



no dia 31, a Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Dra. Victória Francisco Correia da Conceição, e a Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Dra. Ana Celeste Januário, responderam as questões apresentadas pelos Comissários.

Após este diálogo interactivo, a Presidente da Comissão felicitou Angola pela qualidade das respostas e as estatísticas oferecidas que expressam os avanços que o Estado está a realizar no âmbito da protecção e promoção dos Direitos Humanos: medidas legislativas, políticas, Institucionais, o quadro actual dos Direitos Humanos em Angola e os desafios. A Presidente ressaltou também o facto de Angola estar entre os poucos países africanos que cumpriram todas as obrigações

com a Comissão.

Os Relatórios foram elaborados pela Comissão Intersectorial para Elaboração de Relatórios Nacionais de Direitos Humanos, coordenada pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e remetidos ao Comité em 2017.

A delegação Angolana foi chefiada pela Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Dra. Victória da Conceição, e integrava a Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Dra. Ana Celeste Januário, representantes de diferentes sectores que compõem a Comissão Intersectorial de Elaboração de Relatórios Nacionais de Direitos Humanos.

Breves

Passagem oficial de pastas do Instituto Nacional de Luta Anti-Drogas, do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos para o Ministério da Saúde.

Aconteceu no passado dia 23 de Outubro a passagem oficial de pastas do Instituto Nacional de Luta Anti-Drogas, do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos para o Ministério da Saúde.

A Ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, agradeceu ao MJDH pelo bom trabalho feito até a data da passagem de pastas e prometeu dar continuidade.



Delegado da Justiça promete combate às más práticas

O delegado provincial da justiça na província do Zaire denunciou a existência de uma rede de trabalhadores da justiça que facilita a obtenção de registo e bilhetes de identidade a estrangeiros, no município do soyo. José Belo disse ainda que um único assento de nascimento era usado para mais de 6 pessoas.

Sendo uma prática errada, o delegado, que teceu estas considerações numa entrevista concedida a Televisão Pública de Angola, no âmbito do combate à corrupção, prometeu não medir esforços para combater tais práticas naquela província.

Breves

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, **Francisco Queiroz**, recebeu em audiência o Vice Ministro da Justiça da República Popular da China, Sr. **Yuan Shuhong**, no Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

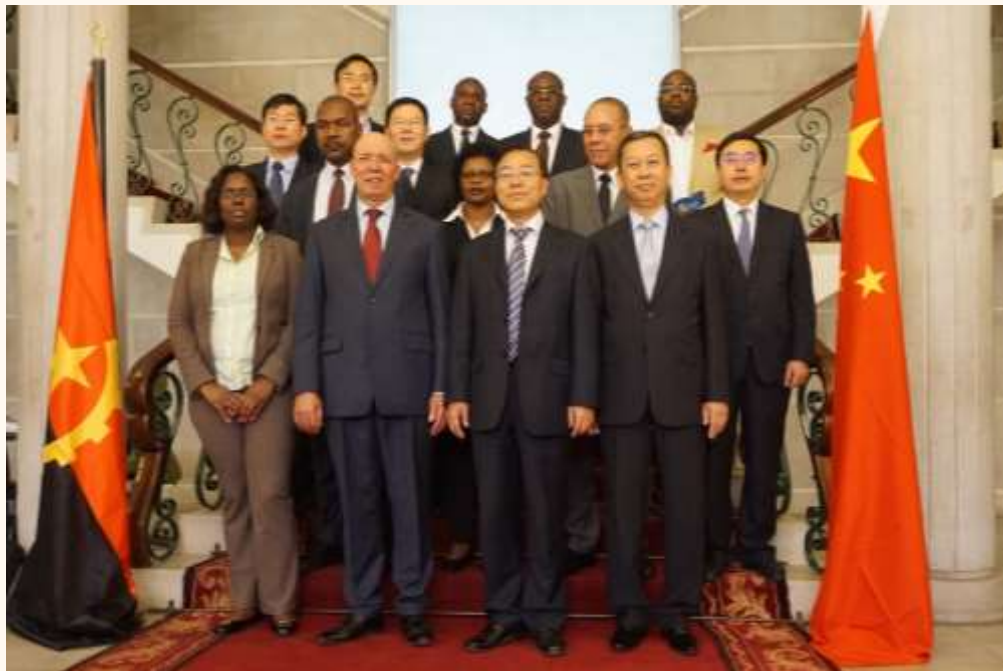
Yuan Shuhong em Luanda

À convite do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, **Francisco Queiroz**, a visita, com duração de três dias, de 24 a 26 de Outubro, teve como objectivo abordar o quadro da cooperação institucional, em especial o reforço da legislação sobre o investimento estrangeiro.

No segundo dia, Sua Excelência **Yuan Shuhong** foi recebido em audiência privada por Sua Excelência Senhor Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, **Dr. Francisco Queiroz**.

Durante o encontro, foram analisadas as informações sobre o sistema jurídico Angolano e Chinês, a legislação sobre o investimento privado e promoção e protecção do investimento estrangeiro.

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, realçou a necessidade da assinatura de um Acordo Institucional entre os dois Ministérios, que se consubstanciaria na formação de funcionários em matéria de Resolução Extrajudicial de Litígios, formação para



Magistrados Judiciais, formação em matéria de Branqueamento de Capitais, Terrorismo e Corrupção, formação em Línguas, e formação a nível de Tecnologia de Informação.

Referiu ainda, que já existe cooperação no domínio das tecnologias de informática, na área de emissão de Bilhetes de Identidade e do registo de empresa, pelo que se espera que a cooperação abranja também a área do Registo Civil.

Por sua vez, o Vice-Ministro da Justiça da República da China, agradeceu o convite e a recepção calorosa, afirmando que apesar da distância geográfica que separa os dois Países, os chineses sentem-se vizinhos de Angola, e neste

espírito de vizinhança, pretendem alargar os laços de amizade e cooperação já existentes.

No Sector da Justiça, declarou existir apenas entre os dois Países o Acordo de Extradução.

Após o encontro, as delegações visitaram o Centro de Produção do Bilhete de identidade e o Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios.

Durante os três dias, o Vice Ministro da Justiça da República Popular da China manteve também encontros com o Ministro da Economia e Planeamento, Luís da Fonseca, e com empresários chineses residentes em Angola.

ENTREVISTA

“Nos três primeiros anos, os meus superiores não me davam trabalho, porque me consideravam incapaz de fazê-los.”



Marisa de Andrade

Senti que estava a ser vista de forma diferente, quando me solicitaram para orientar uma colega que estava perdida. Não conhecia a sala. A chefe pediu-me que fosse mostrá-la.

Exemplo de Superação

Por: **Telma Palmira Santiago**

Marisa Tavares Manuel de Andrade, portadora de deficiência visual, é funcionária do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, há 10 anos. Actualmente desempenha a função de Escrivã de Direito, colocada no Gabinete Jurídico, e, segundo os colegas, é funcionária mais assídua.

Marisa contou-nos que aquando da sua integração no MJDH, sentiu-se discriminada na altura do concurso público. Precisou de falar com o corpo de jurado para informar a sua deficiência e saber deles se era possível fazer o exame oral, visto que não havia condições para realizar o exame escrito. Infelizmente, não obteve a melhor resposta. Persistente, tentou contactar o titular da pasta, mas sem sucesso. Foi atendida pelo Director do Gabinete do Ministro, em exercício na altura, que disse não ser responsabilidade do Ministério dar tratamento do caso por nunca terem trabalhado com “cegos”.

Sentindo-se injustiçada, recorreu ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTESS) para ver resolvida a sua questão e, por sorte, conseguiu. Uma carta com a orientação do seu enquadramento no Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos tão logo existisse uma vaga.

Ainda com alguma demora e voltas, foi colocada no PBX, como telefonista, onde ficou durante um ano. Posteriormente, foi convidada pela Ministra a trabalhar no Gabinete Jurídico, onde se encontra até hoje.

Quais são as dificuldades que encontra no trabalho?

MA: Sem exagero, não tenho grandes dificuldades. O único problema é a locomoção, de casa para o trabalho e vice-versa, porque os transportes do Ministério deixaram de apoiar.

Senti que estava a ser vista de forma diferente, quando a minha chefe precisou de um documento a meio de uma reunião, mas a colega a quem ela solicitou não conhecia a sala. Pediu-me que eu fosse mostrá-la. Então entendi que as pessoas já tinham percebido que a minha deficiência não era obstáculo para dar o meu contributo no Ministério.

Gosta do trabalho que faz?

MA: Gosto muito, apesar de agora não ter todas as condições criadas para o meu trabalho, mas gosto. Na verdade, não é nada de muito estranho. O meu computador é normal, mas necessito de um software e um scanner sonoro.

TOMADA DE POSSE

No dia 7 de Novembro do ano em curso, Sua Excelência Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos **Francisco Queiroz**, conferiu posse a novos membros do Conselho de Direcção.



Claudino Filipe

Director Nacional dos Recursos Humanos do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos



Irineu Miguel

Director-geral do Guiche Único de Empresas (GUE)



Miguel Cutoca

Consultor do Gabinete do S.E. Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos



Israel Nambi

Director Nacional de Registos e do Notariado (DNRN)



Isabel Amado

Consultora da Secretária de Estado dos Direitos Humanos



Bárbara Gamboa

Directora Geral Adjunta do Guiché Único de Empresas (GUE)



Mankenda Lima

Delegada Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos da província do Uíge



Isildo Gonçalves

Delegado Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos da Lunda- Sul

ANIVERSARIANTES

MINISTRO QUEIROZ FELICITA DNAICC PELO PRIMEIRO ANO DE BI INTEGRADO

Nesta data em que comemoramos o primeiro ano do Bilhete de Identidade Integrado, peço-lhe que transmita as nossas felicitações a todos os colegas da DNAICC. Dirijo-vos uma palavra de alento no sentido de continuarem a trabalhar com espírito de equipa e com foco nos resultados. Nesta data devemos lembrar as dificuldades iniciais da transição de um sistema de BI para o actual e a maneira responsável como, em equipa, conseguimos ultrapassar tais dificuldades. Graças à boa cooperação do nosso consultor CEIEC, e à adaptação desta empresa às regras e leis nacionais, hoje a DNAICC realiza o seu trabalho de modo eficiente, deixando orgulhosos todos os servidores da Justiça e satisfeitos todos os cidadãos que acorrem aos serviços do BI. Bem hajam.

Pela Direcção e CD do MJDH,

Francisco Queiroz

Parabéns DNAICC

